

Documento a ser preenchido para solicitação de contratação externa, seja de pessoa física ou jurídica, conforme Ato nº 052/2023-P de 21 de agosto de 2023, que regulamenta as contratações públicas no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

1. Identificação da Unidade demandante (Setor/Departamento/Direção e Responsável/ Ramal):

Departamento de Gerenciamento de Contratos - Setor responsável pela Elaboração: Serviço Administrativo de Planejamento da Contratação - Responsável: Júlia Rizzatti Tedesco, Chefe de Serviço, Ramal: 3742 , Cel 54 991077151

2. Justificativa para a necessidade da contratação:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 promoveram alterações relevantes no sistema de tributação sobre bens e serviços, com a instituição do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo. A transição para o novo modelo tributário possui reflexos diretos sobre as contratações públicas, especialmente na formação e composição dos preços, nas planilhas de custos, na matriz de riscos, na execução e fiscalização contratual, na liquidação da despesa, nos pagamentos e na análise de eventual reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Nesse contexto, mostra-se necessária a atualização dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, de modo a desenvolver competências para identificar e avaliar os efeitos das alterações tributárias sobre os contratos administrativos, distinguir o impacto tributário nominal de sua efetiva repercussão econômica e analisar adequadamente eventuais pedidos de revisão ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Ressalta-se que a modalidade presencial proporciona maior interação entre participantes e instrutores, favorecendo o esclarecimento de dúvidas e a discussão prática dos temas apresentados.

3. Descrição sucinta da ação formativa a ser contratada:

Trata-se de treinamento especializado, na modalidade presencial, voltado a servidores da Administração Pública que atuam nas áreas de licitações e contratos, gestão e fiscalização contratual, orçamento, finanças, contabilidade e controle, com enfoque nos impactos da Reforma Tributária sobre os contratos administrativos.

O conteúdo programático contempla a análise da Reforma Tributária e sua relação com as contratações públicas, abrangendo temas como formação de preços, planilhas de custos, matriz de riscos, reequilíbrio econômico-financeiro, execução e fiscalização contratual, liquidação da despesa e pagamentos.

A metodologia é teórico-prática e compreende exposição dialogada, análise dirigida da EC nº 132/2023, da LC nº 214/2025 e da Lei nº 14.133/2021, estudos de caso, oficina de planilhas, simulações de reequilíbrio, análise de matriz de riscos, discussão de cláusulas contratuais, roteiros de decisão administrativa e checklists de fiscalização e instrução processual.

A ação formativa inclui material didático com conteúdo exclusivo, livro digital e certificado digital de participação com carga horária de 21 horas.

4. Público-Alvo:

Servidores da área administrativa

5. Número de vagas:

A confirmar posteriormente

6. Sugestão de período de realização:

Nos dias 14, 15 e 16 de Outubro de 2026, na modalidade presencial, com carga horária de 21 horas, em Brasília / DF.

7. Estimativas preliminares dos preços:

Conforme a Proposta Comercial - Instituto Negócios Públicos (9899328), para o curso ministrado pelo Instituto Negócios Públicos os valores variam entre R\$ 5.190,00 e R\$ 4.152,00 por participante, a depender do número de inscritos.



Documento assinado eletronicamente por **Germano Silveira Carniel, Diretor(a)**, em 24/08/2026, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Rizzatti Tedesco, Chefe de Serviço**, em 24/08/2026, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natacha Cordeiro, Analista do Poder Judiciário**, em 24/08/2026, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **9870184** e o código CRC **1CEDDD87**.
